

Rainer Daehnhardt

**A DIPLOMACIA PORTUGUESA
NOS DESCOBRIMENTOS**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A DIPLOMACIA PORTUGUESA NOS DESCOBRIMENTOS

AUTOR

RAINER DAEHNHARDT

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-277-3

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa
R. Academia das Ciências, 19
1249-122 LISBOA
Telefone: 213219730
Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt
Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015
Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

A DIPLOMACIA PORTUGUESA NOS DESCOBRIMENTOS

Rainer Daehnhardt¹

Devido à sua situação geográfica e ao papel no contacto histórico da Europa com os outros continentes, coube a Portugal um lugar de relevo na Época dos Descobrimentos. Até se pode dizer que gerações da Lusa Gente nasceram para assumirem o papel de Embaixadores da Europa e do Cristianismo.

A diplomacia é uma arte que melhora as relações pacíficas entre povos e culturas, baseados na aceitação mútua da igualdade de direitos e deveres, na tolerância das diferenças de cores de pele, sistemas governamentais ou religiões, em benefício do trato.

Como espécie de fenícios renascidos, as caravelas e as naus portuguesas surgiram em frente a costas desconhecidas, não para conquistar ou converter, mas para negociar produtos.

O primeiro sinal português mostrado a habitantes destas terras era a mão aberta. Uma mão de paz, sem ostentação de força. Uma mão que pedia moderação e diálogo, enfim, um gesto diplomático.

Sempre fomos poucos e, cientes disso, optávamos primeiro pelo uso da diplomacia.

A conquista e o saque são sempre sinais de diplomacia falhada, que levou a conflitos bélicos, no nosso ver uma derrota ética, apenas aceitável como resposta em último recurso.

Mostrar um punho cerrado ou uma mão empunhando uma arma, são atitudes ameaçadoras, altamente inconvenientes para qualquer criação de laços diplomáticos.

Outros povos europeus optaram por expansões baseadas na sua superioridade militar.

Também a tivemos, mas optamos primeiro pelo uso da diplomacia.

Há uma grande diferença entre um conquistador e um navegador. O conquistador procura tirar algo a alguém e baseia a sua força no seu armamento e na sua convicção em se conseguir impôr. O navegador pesquisa rotas, ventos e relacionamentos pacíficos

¹ Conferência no Instituto de Estudos Académicos Para Seniores – Adriano Moreira (IEAS-AM) da ACADEMIA DAS CIÊNCIAS de Lisboa, IVº Ano Lectivo: 2013-2014, em 14 de Outubro de 2013.

com outros povos. Baseia-se nos seus conhecimentos náuticos e nos seus contactos diplomáticos para conseguir estabelecer locais onde trocar mercadorias por outras. Duas caminhadas com bases morais totalmente diferentes!

O PESO DA NOSSA ORIENTAÇÃO DIPLOMÁTICA ORIUNDA DAS NOSSAS ORDENS RELIGIOSAS MILITARES

Não é por acaso que todos os nossos navegadores do período dos descobrimentos eram cavaleiros das Ordens Religiosas Militares Lusas, Cristo, Aviz ou Santiago. Eram escolhidos a dedo, com cadastro limpo e provas dadas de nível ético e moral. Os nossos navegadores tinham de ter a qualidade de serem exemplos de fidelidade ao Rei, bons cristãos e possuírem o tacto diplomático para evitar conflitos e conseguir alianças mutuamente benéficas. Ser apenas bom guerreiro ou navegador não bastava.

Dizem que conquistamos Goa e é verdade. Até por duas vezes e no mesmo ano (1510). Porém, não conquistamos Goa aos goeses, nem aos malabares, ou a qualquer povo indiano sequer, mas aos muçulmanos, que, séculos antes, a tinham tirado à família real goesa, decapitando-a. Os goeses receberam-nos muito bem e até nos ajudaram a expulsar os muçulmanos.

Foi em cumprimento da promessa do nosso D. Afonso V ao Papa, após a queda de Bizâncio (1453), que Portugal combateu o muçulmano onde quer que se encontrasse e levou a espada lusa ao Índico.

Foi a pedido do Marajá de Cambaia que se conquistou Damão à sua Guarda Muçulmana, que tinha ocupado indevidamente Damão Grande e Damão Pequena. Ficaram-nos como prémio de serviços prestados.

Diu foi por nós alugado e apenas conquistado quando o seu dono se juntou aos nossos adversários, na tentativa conjunta de nos expulsar.

O Raja de Cochim foi o nosso primeiro aliado no Malabar e permitiu-nos instalações e privilégios em troca de ajuda militar. Nunca lhe tirámos o seu reino.

Mesmo a distante Malaca foi por nós conquistada a um sultão muçulmano invasor, que tinha maltratado os nossos emissários diplomáticos da pior maneira. Assim, temos de ver a tomada de Malaca (em 1511), por Afonso de Albuquerque e seu saque, como resposta lusa a uma das piores afrontas diplomáticas. O sultão tinha ordenado o corte dos narizes e das orelhas aos diplomatas portugueses, enviados com propostas de paz e colaboração comercial.

Quem classifica a expansão portuguesa como simples caminhada de conquista guerreira está longe da realidade histórica! Não foi assim!

MUITO DEVEMOS AOS NOSSOS INFORMADORES!

Primeiro mandávamos os nossos informadores para nos trazerem notícias precisas sobre rotas e gentes. Hoje poder-se-ia usar o termo de “espiões”, que, de certa forma, até eram, mas sem o amargo sabor de traição, que este nome hoje carrega.

Por que razão são tão pouco mencionados no nosso ensino da história? Muito simplesmente, evitou-se falar deles, porque na sua grande maioria, eram sefardistas lusos. Tinham grande facilidade em comunicar com comerciantes da fé moseísta, espalhados pelos portos mediterrânicos e índicos. Prestaram-nos serviços de grande mérito e não se justifica a sua omissão.

VASCO DA GAMA, CONQUISTADOR, NAVEGADOR OU DIPLOMATA?

A mundialmente mais famosa viagem lusa foi o chamado “DESCOBRIMENTO DO CAMINHO MARÍTIMO PARA A ÍNDIA”, por Vasco da Gama (1497-1499).

Tratou-se de uma viagem de conquista? NÃO! As nossas poucas naus que partiram estavam apenas equipadas para a sua autodefesa e as tripulações somadas, 175 homens, nem exército de elite era.

Tratou-se de uma viagem de descobrimentos? Sim e Não! SIM, porque completou a tarefa começada por gerações de navegadores lusos anteriores. Não, porque, de facto, nada de novo descobriu. O Cabo da Boa Esperança já tinha sido dobrado por Bartolomeu Dias, portanto já se conhecia o caminho em torno de África até ao Índico. Este “Mare Arabicum” já era do conhecimento dos nossos informadores (Pero da Covilhã por exemplo), que, por via mediterrânica, aí tinha chegado. Mas também navegadores nossos já tinham chegado, pela volta de África à Ilha de Moçambique, onde, infelizmente, acabaram por ser assassinados por ordem de mercadores muçulmanos aí residentes.

Por tudo isto, não foi a pequena frota de Vasco da Gama quem mostrou as primeiras velas lusas ao Índico. Certamente não levou as Cruzes da Ordem de Cristo nas suas velas, embora geralmente assim seja retratado. Não podia expor demasiado a sua fraca força naval ao poderio muçulmano, que, então, indubitavelmente, dominava este mar.

Foram Cristãos São Tomenses, que avisaram Vasco da Gama, na Ilha de Moçambique, do triste fim da armada portuguesa anterior e que o ajudaram a retirar se a tempo, para não ter o mesmo fim!

Foi o Rei de Melinde que deu a Vasco da Gama um piloto cristão São Tomense do Malabar, que levou as poucas naus comandadas por Vasco da Gama, em linha recta, da África Oriental para a Praia de Capa (Capadivum), a poucos quilómetros ao norte de

Calecut, sede do Samorim. Há historiadores que consideram este piloto de árabe, como sendo Ahmed Mesjid. Outros, dão-lhe o nome de Melemo Cana ou a alcunha de El-Melindi. É, porém, possível tratar-se da mesma personagem e a diferença dos nomes depender da língua falada. Caso se tratasse de um piloto árabe, saberia de antemão, que os portugueses não seriam bem vindos em Calecut, centro hindu pró-árabe na Costa do Malabar. Ainda hoje as ligações aéreas e marítimas de Calecute são principalmente para a Península Arábica e não para Goa ou Nova Delhi. Calecute foi, e ainda é, uma espécie de enclave pró-árabe numa península basicamente hindu.

Álvaro Velho descreve o desembarque do primeiro português da armada de Vasco da Gama, perto de Calecut, um degredado, que encontra dois mercadores muçulmanos, um dos quais de Tunes, que falava castelhano. Quando este, com grande espanto, se vê confrontado com o português e lhe pergunta o que vinha buscar tão longe, teve como resposta cinco palavras, que, ao mesmo tempo, nos oferecem a análise mais cristalina das razões e ordens que estiveram por trás da Expansão Portuguesa no Índico: “*VIEMOS BUSCAR CRISTÃOS E ESPECIARIAS!*” Foi isso o que a Ordem de Cristo ordenou e foi isto que se cumpriu! A busca era destinada aos cristãos e às especiarias, nesta ordem de prioridades! O próprio Vasco da Gama explicou ao Samorim as razões da sua viagem da seguinte forma: “Que havia sessenta anos que os Reis antecessores mandavam cada ano navios a descobrir contra aquelas partes, porquanto sabiam que em aquelas partes havia reis cristãos, como eles, e que D. Manuel lhe dissera que ele se não tornasse para Portugal até que lhe não descobrisse estes reis de cristãos”.

Vivemos hoje num mundo intelectualmente degenerado, onde a vertente materialista é a principal razão de acção, o que torna difícil a compreensão de uma época onde os valores espirituais se colocavam acima dos materiais. Podemos afirmar com razão, que a vertente espiritual, sempre de mãos dadas com a diplomacia, foi da máxima importância durante a fase inicial da Expansão Portuguesa, distanciando-a radicalmente das formas de expansão que então se deram por iniciativas de outras nações europeias.

A viagem de Vasco da Gama à Índia pode bem ser considerado o melhor exemplo da DIPLOMACIA PORTUGUESA EM ÉPOCA MANUELINA, porém não nos costuma ser apresentada como tal.

Temos de diferenciar no estudo da DIPLOMACIA PORTUGUESA da ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS capítulos bem distintos:

1º Até ao fim do reinado de D. Manuel I (1495-1521);

2º Durante o reinado de João III (1521-1557);

3º Desde o Concílio de Trento (1545-1563) até à queda da Dinastia de Aviz em 1580; (nos Açores até 1583);

4º Durante o período filipino (1580-1640), com tratado de paz apenas concretizado em 1668.

1º ATÉ AO FIM DO REINADO DE DOM MANUEL I (1495-1521)

Sendo o monarca também Grão-Mestre da Ordem de Cristo e a diplomacia orquestrada por esta, em combinação com o Rei, sem intervenção exterior, houve harmonia no planeamento e execução. Daí os seus bons resultados!

A Viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1499) enquadra-se no 1º destes períodos.

A quem ainda hoje teimar que Vasco da Gama tenha sido o primeiro português a chegar a costas do Índico, devemos chamar a atenção para os nomes de alguns outros que se fizeram a este grande mar oriental. Apresentamos aqui apenas uma curta relação de alguns, e que bem demonstra os interesses lusos nesta área:

Ano de 1485) Pero da Covilhã, luso com conhecimento do castelhano, hebraico e árabe, é enviado ao Magrebe para firmar Tratado de Paz e Amizade com os soberanos muçulmanos de Fez e Tremecém.

Ano de 1485) António de Lisboa e Pedro Montarroio são enviados à Terra Santa para trazerem notícias do Reino do Preste João, o REINO CRISTÃO NAS COSTAS DO ÍNDICO.

Ano de 1487) Afonso de Paiva e Pero da Covilhã seguem rumo ao Egipto, à Etiópia e à Índia.

Ano de 1488) Alcançam Adém, na ponta oriental da Península Arábica e aí separam. Enquanto Afonso de Paiva seguiu em busca do Reino do Preste João para a Abissínia, Pero da Covilhã seguiu em busca das rotas das especiarias. Chegou a Cananor, Calecute e Goa.

Ano de 1489) Pero da Covilhã alcança Sofala, reino muçulmano-africano na costa do Índico.

Ano de 1491) Abrahão, o Rabino de Beja e José, sefardita de Lamego, encontram-se no Cairo com Pero da Covilhã. Este já então trazia notícias de Goa, Cananor e Calecut, terras já nossas conhecidas através do Diário de Marco Polo, oferecido pelos Doges de Veneza ao nosso Infante D. Pedro, ainda em vida do Infante Dom Henrique.

Ano de 1494) Pero da Covilhã encontra-se com o Negus da Abissínia, Alexandre, tornando-se, após a morte deste, em conselheiro da Imperatriz Helena, que envia embaixada sua a Lisboa.

Tendo a Ordem de Cristo nesta altura já instalado missionários seus no planalto alto da África Oriental, incluindo as costas do Índico, bem se poderia perguntar o que Vasco da Gama descobriu que ainda não fosse do conhecimento luso.

Resta então o facto, nunca devidamente estudado, de a viagem de Vasco da Gama ter sido uma viagem essencialmente de cariz diplomático e apenas, em segundo plano, com orientação comercial futura.

O diário de bordo desta viagem, atribuído a Álvaro Velho, é muito minucioso sobre tudo considerado de importância nesta viagem. Menciona 13 vezes descobertas de importância em relação a contactos para o comércio de especiarias. Porém, menciona 48 vezes contactos com cristãos do Índico, não os separando em cristãos latinos (então os únicos sujeitos a Roma), coptas, nestorianos, sírio-malabares ou de São Tomé.

A viagem de Vasco da Gama foi, essencialmente, uma viagem diplomática para convidar os Reis Cristãos do Índico a formarem uma aliança na fé cristã, com o nosso Rei D. Manuel!

Portugal enviou uma ajuda militar de 400 cavaleiros lusos para a Abissínia a fim de acudir o Negus na aflição de ser atacado por uma coligação muçulmana.

Nas trocas de notas diplomáticas entre Lalibela e Lisboa chegou mesmo a planearem-se casamentos entre infantes e infantas da Casa de Aviz com Príncipes e Princesas da Casa Imperial do Negus, considerada do Preste João, descendente de uma ligação entre o Rei Salomão e a Rainha de Sabá, a mais antiga casa governante a nível mundial. A maioria dos Embaixadores de Lisboa a Lalibela, como os de Lalibela a Lisboa, acabaram por ser assassinados no caminho. Forças houve que não viam com bons olhos esta ligação diplomática!

O CEPTRO DO ANTIGO REI CRISTÃO DO ÍNDICO

Martin Waldseemüller, o cartógrafo alemão, que pela primeira vez aplica o nome de “AMERICA” a uma situação geográfica, simplificou o título da obra: ”Terra Nova Descoberta por Américo Vespucci “, como sendo A AMERICA (então ainda exclusivamente o Continente Sul-Americano; O Norte denominava-se TERRA CORTE REALIS), lembrou-se de apresentar o nosso monarca D. Manuel I, sentado por cima de um grande peixe, no Canal de Madagascar.

Baseou-se na Mitologia Romana, em que Neptuno era considerado o Rei dos Mares e foi a primeira vez, na era “moderna”, que um soberano se viu publicamente classificado como REI DOS MARES! Dom Manuel I é representado com a sua coroa real, um ceptro numa mão e o estandarte da Casa Real de Aviz na outra. Na respectiva legenda, classifica o cartógrafo germânico o nosso monarca de “ O CRISTIANÍSSIMO REI MANUEL “. Ou seja, mais cristão do que os cristãos. Do ponto de vista alemão da época, mais cristão do que o Papa. É no mínimo estranho que os Reis de Espanha fossem chamados os REIS CATÓLICOS, atributo geralmente não aplicado aos Reis de Portugal.

Temos de perceber o espírito renascentista, que diferenciava entre o cristão (seguidor da doutrina cristã como nos foi revelada pelos seus apóstolos na Bíblia) e o católico (seguidor das ordens da hierarquia da Igreja de Roma). Algo difícil de conciliar em época dos Borgias.

O grave erro diplomático de D. Manuel I foi o de ter escrito uma carta a Alexandre VI sugerindo-lhe que ” Puzesse ordem na sua casa porque estava a causar grande escândalo por toda a cristandade!”. Carta repudiada por uns e admirada por outros.

Muito pouco se toca no nosso ensino da história no momento mais alto da acção de Vasco da Gama, que foi a sua reunião com os mais altos dignitários das igrejas cristãs do Índico. Foi-lhe entregue o CEPTR DO ANTIGO REI CRISTÃO DO ÍNDICO, com o pedido de o entregar ao Rei de Portugal, para que este aceitasse todos os cristãos do Índico como seus súbditos. Calcula-se o seu número em cerca de vinte milhões, ou seja, cerca de 20% da população desta região. Em termos comparativos indica-se que o Hindustão, hoje com uma população de um bilhão, tem apenas 8% de cristãos (que perfazem hoje 80 milhões). Portanto, em comparação, o peso dos cristãos na Ásia era então significativamente superior. Este número tanto inclui os Cristãos Coptas da Abissínia, os Nestorianos, os Sírio-Malabares, como os Cristãos São Tomenses (que ainda hoje possuem um núcleo de dois milhões no Sul da Índia).

Quando D. Manuel I preparou a apresentação do seu pedido ao Papa, para ser reconhecido como Imperador, visto governar na Europa, na América, em África e na Ásia, deu-se a situação inédita de ainda não possuir um palmo de terra na Ásia e já aí ter vinte milhões de súbditos.

Mas D. Manuel I tornou-se perigoso para a visão monopolista do cristianismo de Roma. Tinha estreitado laços diplomáticos com o Negus da Abissínia, um cristão-copta. Esta versão do cristianismo nunca se submeteu a Roma tendo sua hierarquia própria, baseada na acção missionária de São Mateus.

D. Manuel I enviou de presente ao Negus uma biblioteca de 2.500 livros recolhidos em Portugal (tratou-se de manuscritos e incunábulos, que, se fossem hoje

redescobertos, seriam de interesse colossal!). Até foi mais longe! Enviou para a corte de Lalibela uma tipografia completa, com os seus mestres para aí se poder imprimir o que o Negus quisesse.

Era precisamente aí que residia o maior dos perigos. Tratou-se da primeira tipografia fora da Europa e a única não sujeita a censura. Seria natural que imprimisse o Evangelho principal dos Coptas, precisamente o Evangelho de São Tomé, banido no Concílio de Liceia (ano 325) e por isso não incluído na Bíblia (“Vulgata”).

Nada mais se soube desta tipografia, dos seus mestres, nem da biblioteca oferecida. Todos os missionários cristãos portugueses enviados pela Ordem de Cristo para “Terras do Preste João das Índias” receberam ordem de marcha para Roma de onde nunca mais puderam sair, acabando por ser, mais tarde, substituídos por missionários da Ordem Jesuíta, entretanto criada por Inácio de Loyola (em 1540), sob o nome de Companhia de Jesus.

Também os comerciantes de Veneza, principais financiadores de Roma e com tradicionais ligações comerciais com os fornecedores muçulmanos de Constantinopla e Alexandria, viram o monopólio de Veneza, a única porta de entrada de mercadorias vindas da Ásia ameaçada e intervieram, tanto em Roma como no Índico, contra Portugal.

A DIPLOMACIA DE D.AFONSO DE ALBUQUERQUE

Quando o mais ousado de todos os portugueses, D. Afonso de Albuquerque, homem de visão multiseular, planeia quebrar o poder islâmico, desviando o Nilo do Mediterrâneo para o Mar Vermelho e tomando Meca, Medina e Jerusalém, foi o Papa que o proibiu. Nem a oferta de três mil cavalos do Negus da Abissínia, nem os cavaleiros lusos a serem escolhidos por Afonso de Albuquerque, prontos para estas tarefas, tiveram peso suficiente, e, por ordem de Roma, foi tudo cancelado.

Afonso de Albuquerque faleceu a bordo do seu navio ancorado no Mandovi, frente a Pangim (Goa), após um almoço com um representante da igreja cristã da Arménia.

D. Manuel I teve fim diferente. Narram os cronistas que “ Deu uma peste em Lisboa e morreram perto de oitenta pessoas e sua Majestade foi a primeira “!

O primeiro período da Diplomacia Portuguesa na Época dos Descobrimentos foi certamente o mais belo e o mais carregado de audácia ilimitada. Teve, porém, já os ingredientes de inveja e traição, que, mais tarde, o sujeitaram às vontades de pontas de flechas de interesses estrangeiros.

2º DURANTE O REINADO DE DOM JOÃO III (1521-1557)

Nos primeiros anos do seu reinado tudo parecia manter-se no estabelecido. As pressões vinham, primeiro, de Castela e depois de Roma. No contrato do casamento de D. Manuel I com a Infanta castelhana, filha dos Reis Católicos, concordou-se com uma cláusula que previa a instalação do Santo Ofício e a sua Inquisição em Portugal.

D. Manuel I concordou mas não se especificou “quando”! Isto ficou “atravessado” e os conselheiros da nova Rainha, Dona Catarina, Infanta castelhana da Casa de Áustria, começaram a pressionar D. João III. Este ainda hesitou uns bons anos, mas acabou por ceder e em 1536 instalou-se o Santo Ofício, com a Inquisição, em Portugal. Foi uma espécie de invasão a pretender a pureza do bem, através da destruição do mal. Formaram-se diversos tribunais em Portugal. Cada um com a sua rede de informadores, intrometendo-se até às mais altas instâncias do Estado, inclusivamente na diplomacia.

Assim sendo, qualquer futura acção diplomática lusa já não dependia apenas da Ordem de Cristo e do aval do Rei, mas, também, do conhecimento e da aprovação de uma organização estrangeira internacional, que dependia da aprovação de Roma.

Esta impôs a “reforma” das três Ordens Religiosas Militares Portuguesas. Cortaram a vertente missionária, científica, do ensino, militar, diplomática e a comercial. Transformaram as organizações mais valiosas que Portugal tinha e com as quais se destacava a nível internacional, em meras ordens monásticas, sem peso de espécie algum.

Muitos dos cavaleiros lusos que se encontravam espalhados pelo Mundo Português já nem à Pátria Mãe voltaram. Ficar a rezar num convento até aos fins dos seus dias não estava nos seus planos. Assim, ficaram fora de portas e ergueram o seu Portugal Global, fiéis à Pátria e ao seu Rei.

Foi no reinado de D. João III, denominado “O PIO”, que a Ordem Jesuíta assumiu em grande parte a Diplomacia Portuguesa, sempre defendendo mais o interesse de Roma do que o de Lisboa.

A IMPORTÂNCIA DE SÃO TOMÉ NA DIPLOMACIA LUSA

O apóstolo São Tomé, conforme mencionado na bíblia (*“Vulgata”*), era *“dídimo”* de Jesus Cristo. Isto tanto é traduzido como sendo “irmão gémeo”, como “filho da mesma mãe e do mesmo pai”, algo bem aceite na Ásia, mas não aceite por Roma.

De qualquer forma, a *“Vulgata”* não esconde a ligação especial que houve entre Jesus e Tomé. Chega a ser mencionado como o mais querido por Jesus entre os seus seguidores. Após a ressurreição de Cristo, foi o apóstolo que maior dúvidas levantou, chegando ao ponto de colocar a sua mão dentro da ferida causada pela lança romana.

Quando se dá a distribuição das tarefas de acções missionárias é o Apóstolo Tomé quem assume a mais difícil e mais distante tarefa. Entra pelo Hindustão. Converteu um soberano hindu ao cristianismo e tais milagres ainda hoje lhe são atribuídos, sendo dos apóstolos de maior veneração fora da Europa.

Foi no reinado do 4º Vice Rei da Índia Portuguesa, D. João de Castro, que os portugueses descobrem o primeiro e até hoje único túmulo de um dos apóstolos directamente ligados a Jesus Cristo, o túmulo de São Tom, em Meliapor, então pelos portugueses denominado Cidade de São Tomé. A grande laje sobre o túmulo, mostra a Pomba do Espírito Santo a beijar a Cruz dos Cristãos São Tomenses, idêntica à Cruz de Aviz. Foi transportada para Lisboa, dando entrada na Sala das Pedras do Paço (1º museu arqueológico de Portugal), engolida pelo terramoto de 1755.

A alegria da descoberta foi tanta que se cunharam moedas de ouro e de prata por toda a Índia Portuguesa com a imagem de São Tomé, com o esquadro na mão (como São José era carpinteiro) e as letras “S” e “T” de São Tomé, respectivamente, à esquerda e à direita.

Esta imagem era bem vinda entre todos os cristãos da Ásia e era um gesto diplomático de relevo colocá-la como símbolo nas moedas colocadas a circular pelos portugueses.

O entusiasmo chegou a tal ponto, que se cunhou em Lisboa uma grande moeda de ouro para circular por toda a Europa, onde Portugal dedica toda a Ásia a São Tomé.

Visto o seu evangelho ter sido banido por Roma e todas as menções a seu respeito serem consideradas “ politicamente incorrectas ”, ordenou-se a retirada desta bela moeda renascentista lusa do reinado de João III, fundindo-as.

O gesto da diplomacia portuguesa de dar a conhecer ao mundo financeiro que Portugal tinha descoberto o 1º túmulo de um dos apóstolos e que lhe dedicava toda a Ásia foi considerado “ ir longe demais “ As consequências não se fizeram esperar.

3º DESDE O CONCÍLIO DE TRENTO (1545-1563) ATÉ Á QUEDA DA DINASTIA DE AVIZ EM 1580 (NOS AÇORES ATÉ 1583).

O Concílio de Trento durou 18 anos, tendo sofrido diversos intervalos, com mudanças papais. Tratou-se do Concílio da Contrarreforma, que, rapidamente, se tornou na mais radical forma de intolerância alguma vez surgida no meio cristão.

Classificava de heresia qualquer forma cristã que não se submetia a Roma.

Todos os cristãos, com os quais os portugueses tinham laços de amizade e colaboração em África e na Ásia passaram à classificação de hereges, com os quais não se podia comer à mesa, tratar de negócios ou falar!

Instalou-se a Inquisição em Goa, não para converter hindus, muçulmanos ou judeus, mas para anular as formas de cristianismo pregado pelos apóstolos que tinham vivido com Jesus Cristo, e, na Ásia, ainda muito venerados por milhões.

O grande humanista luso da Renascença, Damião de Goes, foi preso pela Inquisição.

O que mais lhe levaram a mal não foi ter almoçado com Martinho Lutero ou vivido duas semanas em casa de Erasmo de Roterdão, mas ter publicado uma obra sobre “A VERDADEIRA FÉ CRISTÃ DOS ABEXINS” (publicada em Antuérpia e imediatamente colocada no INDEX). Baseou esta obra nas suas visitas ao Embaixador da Abissínia, Zaga Za Ab, que esteve doze anos em prisão domiciliária em Lisboa, por ordem do Santo Ofício, por praticar a fé cristã copta, então, entretanto, considerada heresia.

Dom Sebastião ainda tentou pegar nas rédeas de Portugal e instalar o Quinto Império, com o Culto do Espírito Santo, mas tal foi-lhe impedido.

Dom António I (o Prior do Crato), fez uma última tentativa para manter Portugal em mãos de Portugueses mas os ventos da história não lhes foram favoráveis.

A Diplomacia Lusa da Ordem de Cristo desfez-se com a Casa de Aviz.

4º DURANTE O PERÍODO FILIPINO (1580-1640), com tratado de paz apenas em 1668.

O maior desastre da diplomacia portuguesa, quiçá a página mais negra da história de Portugal no que diz respeito à convivência com outros povos, foi imposto pelo Rei e o Papa. Trata-se do Sínodo de Diamper e suas conseqüências.

É “curioso” saber-se que a documentação acerca deste momento mais triste da diplomacia lusa não se guarda na Torre do Tombo ou na Biblioteca Nacional, mas num cofre, no Palácio da Ajuda. Assim, não é para admirar que quase ninguém tenha conhecimento dele.

Em 1598 morreu Filipe I de Portugal (Filipe II de Espanha), o tio de D. Sebastião. Imediatamente sobe Filipe II de Portugal (Filipe III de Espanha), aos respectivos tronos. Com ele caíram todas as promessas feitas por seu pai e Portugal entra numa fase colonial castelhana.

A 1ª grave consequência disso foi o fim da tolerância lusa para com os cristãos São Tomenses do Índico.

Tinha havido disputa sobre quem é que nomeava o Bispo de Goa, se seria o Rei de Portugal ou o Papa. Na Ásia viram isto de outra forma. Quem nomeava o Bispo de Goa era a Hierarquia da Igreja dos Cristãos São Tomenses e estes recebiam o seu bispo da Babilónia (Cristão-Nestoriano). O último, muito respeitado também pelos portugueses, tinha também falecido em 1598 e esperava-se a vinda de um novo. Este porém não chegou! Em vez disso, Filipe II ordenou os portugueses a preparar diplomaticamente a conversão de todos os Cristãos São Tomenses para o Cristianismo Católico Apostólico Romano, explicando-lhes que lhes seria dada uma grande honra, que devia ser festejada como tal. Ao mesmo tempo, deviam preparar o queimar de todas as igrejas cristão-são-tomenses, bem como a destruição das suas alfaias religiosas e escritos bíblicos.

Os portugueses, conhecendo bem os Cristãos São Tomenses e dando-se bem com eles, sabiam que isto acabaria numa matança colectiva. Resolveram então avisar secretamente os seguidores do Apóstolo São Tomé (dídimo de Cristo) e possibilitaram-lhes a fuga em massa. O sínodo converteu os poucos que resolveram ficar (há diversos grandes painéis de azulejos no Convento da Graça, em Torres Vedras, acerca disso) e ordenou a classificação de hereges dos fugitivos e a destruição dos seus pertences.

É interessante, e pouco conhecido, que foram Cristão São Tomenses que salvaram Vasco da Gama e suas tripulações de serem assassinados por muçulmanos, na Ilha de Moçambique.

Um século depois,(1599) foram portugueses que salvaram imensos Cristãos São Tomenses da fúria Cristão-Romana. É interessante ver esta história ainda hoje toda pintada nas paredes da Casa do Bispo Cristão Latino em Cochim. Tudo aí se narra, nada se esconde! Uma fonte a não perder. É pena que o pequeno opúsculo acerca disso se tenha esgotado e não ter ainda sido reeditado!

O incumprimento parcial da ordem régia e papal foi o melhor gesto possível com que Portugal fechou a sua história diplomática na época dos descobrimentos.

A expulsão dos portugueses da Abissínia, no período filipino, deveu-se ao facto de terem sido expulsos juntamente com os jesuítas. Foi a falta de diplomacia e os excessos de prepotência destes, que levou à ordem de sua expulsão e de quem os trouxe.

A expulsão dos portugueses do Império Nipónico deveu-se às mesmas razões. Quando a diplomacia já não estava em nossas mãos e o poder era exercido por quem defendesse prepotência estrangeira, o resultado tornava-se previsível.

Esta pequena achega, são apenas alguns primeiros apontamentos de uma temática que bem merecia ser aprofundada e que muito nos pode ensinar. O problema é a coragem cívica do pesquisador e a falta de vontade de revelação de segredos em mãos dos que preferem que reine silêncio sobre o passado.

Se a verdade tivesse o privilégio de ocupar o 1º degrau na escala das prioridades de pesquisa, muita repetição de erros outrora já cometidos poderia ser evitada.

A história da diplomacia portuguesa na época dos descobrimentos é bem prova disso!

*(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Séniores
no ciclo Episódios das Relações Internacionais Portuguesas,
a 14 de Outubro de 2013)*